

## Com reforma, setor de saneamento diz que conta de água pode subir até 18%

Infraestrutura Tributação

# Com reforma, setor de saneamento diz que conta de água pode subir até 18%

— Alíquota do segmento deverá subir de 9,25% para 27%; empresas querem tentar abater diferença com leis complementares que vão regulamentar a reforma tributária

LAVÍNIA KAUCZ  
LUIZ ARAÚJO  
BRASÍLIA

Após sofrer um revés na reforma tributária, o setor do saneamento básico se movimentou para compensar as perdas por meio das leis complementares que devem ser editadas neste ano. Da forma que está, a previsão é de que haja um aumento de 18% na conta de água, segundo empresas do segmento.

As prestadoras de serviços esperam que os impactos sejam minorados a partir do aumento de créditos tributários para desonerar bens de investimentos das companhias. O governo discute mecanismos de cashback, forma de devolução de tributos para consumidores de baixa renda.

ma Tributária, Bernard Appy, já disse que o governo está decidido a propor o cashback nas contas de água e esgoto e deve formar um grupo de trabalho para discutir o tema.

“O cashback ajuda, é uma realidade, mas pega um estrato da população. Nós também fornecemos água para indústria, comércio”, diz o secretário executivo da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), Sergio Gonçalves.

Ele também defende que as leis complementares bus-

quem diminuir as despesas empresariais, por meio de créditos, para manter a capacidade de investimento. O Marco Legal do Saneamento, aprovado em 2020, estabeleceu a meta de universalização dos serviços até o ano de 2033.

**CONTRATOS.** Outra preocupação é o desequilíbrio dos contratos de concessão. “Para aumentar uma conta precisa rever contratos, que foram feitos em cima de uma tributação que estava válida naquele momento”, diz Gonçalves.

O advogado tributarista Luis Cláudio Yukio Vaturi, do Toledo Marchetti Advogados, diz ser importante observar que o repasse não é uma questão simples. “As empresas responsáveis pela concessão não têm liberdade para aumentar ou diminuir tarifas conforme o seu custo, isso depende da autoridade local”, afirma ele.

Hoje, a regulação é feita de forma descentralizada, por meio de 90 agências estaduais, municipais e inframunicipais. Segundo Vaturi, esse processo pode levar meses ou até anos.

O diretor da Abcon defende que as leis complementares tenham um “mecanismo para que esses contratos tenham um reequilíbrio”.

O advogado André Felix Ricotta de Oliveira, doutor em Direito Tributário, diz que o aumento no preço final deverá se dar de maneira gradativa. Isso porque, como a reforma tributária será implementada em um processo de transição até 2033, a nova carga tributária será plenamente alcançada após esse período. “O ICMS e o ISS só serão extintos ao longo dos anos.” ●

### Reembolso

**Bernard Appy, secretário especial da Reforma Tributária, diz que contas de água terão cashback**

Como o setor não foi incluído em nenhum regime especial, a alíquota deve aumentar de 9,25% para cerca de 27%. Isso porque, hoje, o ICMS e o ISS (impostos respectivamente estadual e municipal) não incidem sobre prestadoras de serviços de água e esgoto, mas a reforma estabelece que o setor passará a dever tanto a CBS, que substitui os tributos federais (PIS e Cofins), quanto o IBS, que substitui o ICMS e o ISS.

De acordo com o diretor executivo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Percy Soares Neto, o setor está focado em mitigar os impactos por meio da regulamentação da reforma, que será feita por meio de leis complementares e decretos do governo.

Representantes das concessionárias ouvidos pela reportagem apontam algumas opções para a compensação. Uma delas seria a criação do cashback. O secretário especial da Refor-

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1